

RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO

Informalização da Justiça e Controle Social

*Estudo Sociológico da Implantação
dos Juizados Especiais Criminais em Porto Alegre*



São Paulo
2000 .

INFORMALIZAÇÃO DA JUSTIÇA E CONTROLE SOCIAL

Estudo Sociológico da Implantação dos Juizados Especiais Criminais em Porto Alegre

© RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO, 2000

(e-mail: rgdeazevedo@uol.com.br)

Produção Gráfica: Método Editoração e Editora Ltda.

Fone: (11) 3361-4788 – Fax: (11) 3361-4795

Capa: Luis Augusto Beraldi Colombo

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS (IBCCRIM)

Diretoria da gestão 99/00

Presidente: CARLOS VICO MAÑAS

Vice-presidente: TATIANA VIGGIANI BICUDO

2.º Vice-presidente: MARCIO ORLANDO BARTOLI

1.º Secretário: GERALDO DE FARIA LEMOS PINHEIRO

2.º Secretário: CARLOS ALBERTO PIRES MENDES

3.º Secretário: SILVIA HELENA FURTADO MARTINS

Tesoureiro: ADRIANO SALLES VANNI

Tesoureiro-adjunto: MÁRCIA MARIA SILVA GOMES

Diretor da Biblioteca: ALBERTO SILVA FRANCO

Diretor de Cursos: MAURÍCIO ZANOIDE DE MORAES

Diretora da Revista - RBCCrim: ANA SOFIA SCHMIDT DE OLIVEIRA

Diretora do Boletim: BERENICE MARIA GIANNELLA

Diretor de Relações Internacionais: FAUZI HASSAN CHOUKR

Diretora do Núcleo de Pesquisas: LUCI GATI PIETROCOLLA

Rua XI de Agosto, 52, 2.º andar,
CEP 01018-010 - São Paulo, SP, Brasil
Tel.: (11) 3105-4607 (tronco-chave)
<http://www.ibccrim.com.br>
e-mail: ibccrim@ibccrim.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Azevedo, Rodrigo Ghiringhelli de

Informalização da justiça e controle social : estudo sociológico da implantação dos juizados especiais criminais em Porto Alegre / Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo. — São Paulo : IBCCRIM, 2000.

Bibliografia.

1. Controle social 2. Direito penal – Brasil 3. Juizados especiais criminais – Porto Alegre 4. Justiça Administração – Brasil 5. Sociologia jurídica I. Título. II. Título: Estudo sociológico da implantação dos juizados especiais criminais em Porto Alegre.

00-2805

CDU-343:301

Índices para catálogo sistemático:

1. Justiça penal e controle social : Direito 343:301

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS

Impresso no Brasil Printed in Brazil

2000

SUMÁRIO ■

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	21

PARTE I**A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DO DIREITO
E DA JUSTIÇA PENAL****1. O Pluralismo Jurídico como Pressuposto de uma Abordagem
Sociológica do Direito**

1.1. O pluralismo na primeira metade do século: a sociologia contra a dogmática	35
1.2. O debate sobre o pluralismo na sociologia francesa: Gurvitch, Levy-Bruhl e Carbonnier	40
1.3. O pluralismo jurídico na transição pós-moderna: a sociologia jurídica de Boaventura de Sousa Santos	44
1.3.1. O projeto sócio-cultural da modernidade	46
1.3.2. As formas jurídicas no capitalismo desorganizado	51
1.3.3. O pluralismo como sinónimo de dispersão estrutural do direito	53
1.3.4. Interlegalidade e Direitos Humanos	55
Conclusão	57

**2. Da Sociologia do Crime à Sociologia da Administração da
Justiça Penal**

Introdução	60
2.1. A sociologia criminal de Enrico Ferri	62
2.2. Principais correntes da moderna sociologia criminal	65

2.2.1. A Ecologia Criminal.....	65
2.2.2. Teoria da Anomia e Estrutural-Funcionalismo	67
2.2.3. Teoria das Subculturas Delinqüentes	76
2.2.4. Teorias do Conflito.....	79
2.2.5. Teorias do Processo Social (aprendizagem, controle e <i>labeling approach</i>)	82
2.3. Do Delito ao Conflito, da Punição aos Processos de Criminalização: A Sociologia da Administração da Justiça Penal.....	85
3. Conflitualidade e Administração da Justiça Penal nas Sociedades Contemporâneas	
3.1. O controle social na perspectiva sociológica	89
3.2. Níveis de realização do sistema de controle penal.....	93
3.2.1. O nível de criação ou gênese da norma penal.....	93
3.2.2. O nível de aplicação da norma penal	94
3.3. Direito e controle social no Estado moderno	95
3.4. Modelos de informalização da justiça.....	103
3.5. O fenômeno informalista e a crítica da teoria social.....	109

PARTE II

JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS: ESTUDO DE CASO DA INFORMALIZAÇÃO DA JUSTIÇA PENAL EM PORTO ALEGRE

4. O Sistema Penal Brasileiro e a Lei 9.099/95

4.1. Breve histórico das formas do processo penal no Brasil.....	115
4.2. Histórico da tramitação legislativa da Lei 9.099/95	118
4.3. Principais características e fluxograma do processo nos Juizados Especiais Criminais	123

5. Movimento Processual, Audiências de Conciliação e a Percepção dos Juízes nos Juizados Especiais Criminais de Porto Alegre

5.1 Movimento Processual Penal Global	133
5.2 Movimento Processual nos Juizados Especiais Criminais.....	141

5.3. Tipos de Decisão Terminativa nos Juizados Especiais Crimi- nais	147
5.4. Tipos de Delito e Conflito nas Audiências Observadas	156
5.5. Tipos de Decisão em Audiência	159
5.6. Caracterização das partes envolvidas e a participação da vítima no processo	163
5.7. Funcionamento da máquina judiciária: o ambiente institucional e as carências estruturais na prestação de justiça	168
5.8. O papel dos juízes nos Juizados Especiais Criminais	175
CONCLUSÃO	179
ANEXOS	201
Lei 9.099/95	203
Crimes e contravenções penais com pena máxima abstrata não superior a um ano, de competência dos Juizados Especiais Criminais	211
Guia das entrevistas com juízes que atuam ou atuaram nos Juizados Especiais Criminais	217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	219